

## **ORDEM DO DIA**

### **39ª Sessão Ordinária de 10/12/2024**

#### **PROCESSO DO PROJETO DE LEI nº 148/2024, DE 06/12/2024**

"Altera os dispositivos das Leis Municipais nºs 4.043, de 27 de outubro de 2021 e 4.202, de 14 de junho de 2023, autoriza o Poder Executivo a proceder a abertura de créditos especiais e dá outras providências."

**AUTORIA: PODER EXECUTIVO**

**O REFERIDO PROJETO FOI ADICIONADO À ORDEM DO DIA POR FORÇA DE APROVAÇÃO DE REQUERIMENTO DE URGÊNCIA ESPECIAL, NOS TERMOS DO ART. 190 DO REGIMENTO INTERNO**

#### **PROCESSO DO PROJETO DE LEI nº 149/2024, DE 06/12/2024**

"Altera dispositivos da Lei nº 3.115, de 25 de maio de 2011". Refere-se à reorganização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Santana de Parnaíba e dá outras providências.

**AUTORIA: PODER EXECUTIVO**

**O REFERIDO PROJETO FOI ADICIONADO À ORDEM DO DIA POR FORÇA DE APROVAÇÃO DE REQUERIMENTO DE URGÊNCIA ESPECIAL, NOS TERMOS DO ART. 190 DO REGIMENTO INTERNO**

#### **PROCESSO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR nº 5/2024, DE 06/12/2024**

"Altera dispositivo da Lei Complementar nº 34, de 25 de maio de 2011."

Refere-se ao Estatuto dos Servidores Públicos do município de Santana de Parnaíba.

**AUTORIA: PODER EXECUTIVO**

**O REFERIDO PROJETO FOI ADICIONADO À ORDEM DO DIA POR FORÇA DE APROVAÇÃO DE REQUERIMENTO DE URGÊNCIA ESPECIAL, NOS TERMOS DO ART. 190 DO REGIMENTO INTERNO**

**PROCESSO DO PROJETO DE LEI nº 143/2024, DE 19/11/2024**

"Dispõe sobre a alteração de denominação de escola municipal."

**AUTORIA: VEREADOR AGNALDO MORENO**

**ÚNICA DISCUSSÃO e VOTAÇÃO**

**Quórum Maioria Simples**

**PROCESSO DO PROJETO DE LEI nº 146/2024, DE 25/11/2024**

"Institui o Programa Municipal de Turismo Ecológico-Cultural em áreas de interesse ambiental, cultural e patrimonial."

**AUTORIA: PODER EXECUTIVO**

**ÚNICA DISCUSSÃO e VOTAÇÃO**

**Quórum Maioria Simples**

**PROCESSO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR nº 4/2024, DE 29/11/2024**

"Altera dispositivo da Lei Complementar nº 34, de 25 de maio de 2011." ( Refere-se ao Estatuto dos Servidores Públicos do município de Santana de Parnaíba)."

**AUTORIA: PODER EXECUTIVO**

**ÚNICA DISCUSSÃO e VOTAÇÃO**

**Quórum Maioria Absoluta**

## PARECER DO RELATOR ESPECIAL

### **PROJETO DE LEI N.º 148/2024.**

**ASSUNTO:** Altera dispositivos das Leis Municipais n.ºs 4.043, de 27 de outubro de 2021 e 4.202, de 14 de junho de 2023, e autoriza o Poder Executivo a proceder abertura de créditos especiais e dá outras providências.

**AUTORIA:** Poder Executivo.

**Senhor Presidente.**

**Senhores Vereadores e Vereadoras.**

O presente Parecer tende a suprir a falta de Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, e da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, por nomeação da Presidência deste Legislativo, e com base nas disposições contidas no artigo 191 do Regimento Interno, em se considerando a urgência e absoluta pertinência da matéria tratada no Projeto de Lei em testilha.

Pretende o Poder Executivo obter autorização para proceder a abertura de créditos especiais, na ordem de R\$ 271.434,08 (duzentos e setenta e um mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e oito centavos).

É o relatório.

### **I. CONCLUSÃO**

Em análise do Projeto em testilha, verifica-se a observância dos requisitos legais à sua apresentação, conforme dispõe o artigo 47, § 1º, inciso I da Lei Orgânica do Município, já que se trata de matéria de cunho orçamentário.

Quanto ao mérito, a proposta legislativa proporcionará a transferência de valores à Associação Beneficente Comunidade de Amor Rainha da Paz, provenientes de

excesso de arrecadação, bem como de Emendas Parlamentares oriundas do Congresso Nacional.

Sua redação está lógica e correta.

## II. VOTO

Diante do exposto, do ponto de vista jurídico, constitucional redacional e de mérito, não existe óbice para a apreciação, pelo Egrégio Plenário, do Projeto de Lei n.º 148/2024, que para ser aprovado depende do voto favorável da maioria absoluta da composição da Câmara, em duas discussões e votações, conforme preceitua o art. 41, parágrafo 5º, da Lei Orgânica do Município.

Plenário Antônio Branco, 9 de dezembro de 2024.



**MARCOS MORAES**  
**Relator Especial**

## PARECER DO RELATOR ESPECIAL

### **PROJETO DE LEI N.º 149/2024.**

**ASSUNTO:** Altera dispositivos da Lei nº 3.115, de 25 de maio de 2011.

**AUTORIA:** Poder Executivo.

O presente Parecer tende a suprir a falta de Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, e da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, por nomeação da Presidência deste Legislativo, e com base nas disposições contidas no artigo 191 do Regimento Interno, em se considerando a urgência e absoluta pertinência da matéria tratada no Projeto de Lei em testilha.

Pretende o Poder Executivo alterar dispositivos da Lei nº 3.115, de 25 de maio de 2011, que dispõe sobre o a reorganização da estrutura administrativa da Prefeitura.

É o relatório.

### **I. CONCLUSÃO**

Em análise do Projeto em testilha, verifica-se a observância dos requisitos legais à sua apresentação, conforme dispõe o artigo 47, c.c. 54 da Lei Orgânica do Município, já que se trata de matéria de cunho administrativo.

Quanto ao mérito, a proposta legislativa pretende, em alterada, adequar a estrutura administrativa da Prefeitura de forma a melhor atender às necessidades da municipalidade.

Sua redação está lógica e correta.

### **II. VOTO**

Diante do exposto, do ponto de vista jurídico, constitucional redacional e de mérito, não existe óbice para a apreciação, pelo Egrégio Plenário, do Projeto de Lei n.º 149/2024, que para ser aprovado depende do voto favorável da maioria simples dos Vereadores presentes à Sessão, em única discussão e votação, conforme preceitua o art. 41, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município.

Plenário Antônio Branco, 9 de dezembro de 2024.



**MARCOS MORAES**  
**Relator Especial**

## PARECER DO RELATOR ESPECIAL

### **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 5/2024.**

**ASSUNTO:** Altera dispositivos da Lei Complementar nº 34, de 25 de maio de 2011.

**AUTORIA:** Poder Executivo.

O presente Parecer tende a suprir a falta de Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, e da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, por nomeação da Presidência deste Legislativo, e com base nas disposições contidas no artigo 191 do Regimento Interno, em se considerando a urgência e absoluta pertinência da matéria tratada no Projeto de Lei em testilha.

Pretende o Poder Executivo alterar dispositivos da Lei Complementar nº 34, de 25 de maio de 2011, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos de Santana de Parnaíba.

É o relatório.

### **I. CONCLUSÃO**

Em análise do Projeto em testilha, verifica-se a observância dos requisitos legais à sua apresentação, conforme dispõe o artigo 47, c.c. 54 da Lei Orgânica do Município, já que se trata de matéria de cunho administrativo.

Quanto ao mérito, a proposta legislativa pretende, em alterada, adequar o Estatuto no tocante ao procedimento disciplinar, em consonância com matérias de igual teor, nos âmbitos federal e estadual, acerca da matéria.


Sua redação está lógica e correta.

### **II. VOTO**



Diante do exposto, do ponto de vista jurídico, constitucional redacional e de mérito, não existe óbice para a apreciação, pelo Egrégio Plenário, do Projeto de Lei Complementar n.º 5/2024, que para ser aprovado depende do voto favorável da maioria absoluta dos Vereadores presentes à Sessão, em única discussão e votação, conforme preceitua o art. 41, § 3º, inciso I, alínea 'd', da Lei Orgânica do Município.

Plenário Antônio Branco, 9 de dezembro de 2024.

  
**MARCOS MORAES**  
**Relator Especial**



## PROJETO DE LEI Nº 143/2024

Dispõe sobre a oficialização de alteração denominação de escola municipal, no bairro Jardim São Luís.

**Agnaldo Benites Moreno** , Vereador da Câmara Municipal de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município de Santana de Parnaíba e no Regimento Interno, submetem à apreciação do Colendo Plenário o seguinte:

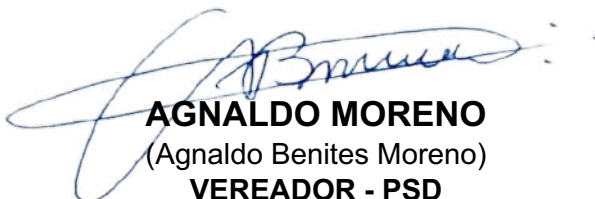
### PROJETO DE LEI

Art. 1º - A Escola Pública Municipal localizada no Bairro Jardim São Luís com denominação oficial Colégio Municipal Jardim São Luís, passa a denominar-se **COLÉGIO MUNICIPAL MARCELO SANTOS SOUSA** .

Art. 2ª - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Plenário Antônio Branco, 19 de Novembro de 2024.



**AGNALDO MORENO**  
(Agnaldo Benites Moreno)  
**VEREADOR - PSD**

## MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº 143

Nascido e criado no estado da Bahia, Marcelo Santos Sousa veio para São Paulo aos dezesseis anos em busca de uma vida melhor, com uma história de superação, iniciou sua trajetória profissional na Chiesi Farmacêutica (antiga Farmalab) em Santana de Parnaíba, onde trabalhou por dez anos posteriormente ingressou na Farmacêutica Daishi Sankyo, onde permaneceu por dezenove anos.

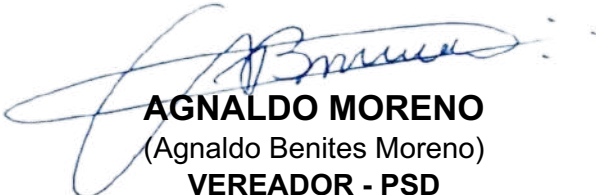
Em 2008 o pastor Marcelo seguindo a direção de Deus, deu um passo importante para sua trajetória no município, abriu seu próprio ministério a Igreja Evangélica Assembleia de Deus Comunhão e Adoração, no bairro Jardim São Luís.

Em 2016 com o ministério consolidado na cidade surge um novo desafio, um templo próprio, com a ajuda dos fiéis esse templo foi construído e tornou-se um símbolo da fé e dedicação de Pastor Marcelo à comunidade.

Pastor Marcelo foi mais que um líder espiritual, uma pessoa exemplar com um coração cheio de compaixão, ajudou inúmeras famílias e comunidades, sempre estendendo a mão, ajudando de coração e demonstrando o amor de Deus em cada ato.

A vontade de Deus foi soberana em sua vida, um exemplo de humildade, resiliência e amor incondicional ao próximo ficará para sempre na memória de todos que tiveram a honra de conhecê-lo.

Plenário Antônio Branco, 19 de Novembro de 2024.



**AGNALDO MORENO**  
(Agnaldo Benites Moreno)  
**VEREADOR - PSD**

Selo Digital n°: 1228042PV000000310202246



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS  
**CERTIDÃO DE ÓBITO**  
**MARCELO SANTOS DE SOUSA**

Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico <https://selodigital.tjsp.jus.br>

CPF  
259.682.348-90

MATRÍCULA  
122804 01 55 2024 4 00531 282 0264080-61

SEXO MASCULINO COR parda ESTADO CIVIL E IDADE Casado - 46 anos de idade

NATURALIDADE Itambé-BA DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO RG. n° 591817470 SSP/SP ELEITOR Sim

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA  
MANOEL FERREIRA DE SOUZA e ANELITA ROSA DOS SANTOS, falecidos.  
Residente na Rua Suécia, n° 216, Jardim São Luís, Santana de Parnaíba, SP

DATA E HORA DE FALECIMENTO DOZE DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO - 19:15 H DIA 12 MÊS 08 ANO 2024

DATA DE REGISTRO quatorze de agosto de dois mil e vinte e quatro (14/08/2024)

LOCAL DE FALECIMENTO no Hospital Beneficência Portuguesa, neste Subdistrito São Paulo /SP.,

CAUSA DA MORTE hipertensão intracraniana, glioblastoma multiforme, outras condições significativas: nada consta

SEPULTAMENTO/CREMAÇÃO (município e cemitério, se conhecido) Local de sepultamento: Cemitério São Miguel Arcanjo - Santana de Parnaíba/SP. DECLARANTE MATHEUS OLIVEIRA ASSIS

NOME E NÚMERO DE DOCUMENTO DO MÉDICO QUE ATESTOU O ÓBITO o Dr. CARLOS ANTONIO ALZAMORA ZAPATA CRM N° 76371

AVERBAÇÕES/ANOTAÇÕES A ACRESER Registro feito no Livro C-0531, Folha 282, Termo n° 264080. Deixa bens. Não deixa testamento. O falecido era casado com ADRIANA OLIVEIRA SANTOS SOUSA, casamento realizado no Registro Civil Pirapora do Bom Jesus - Barueri/SP (L.B-04, fls.58, n° 617). Deixa os filhos maiores de nomes: MATHEUS e LUCAS, bem como a filha menor de nome: MARCELLA.

ANOTAÇÕES DE CADASTRO  
. NADA MAIS ME CUMPRIA CERTIFICAR.  
\* As anotações de cadastro acima não dispensam a parte interessada da apresentação do documento original, quando exigido pelo órgão solicitante ou quando necessário para identificação de seu portador.

Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais da Liberdade - 2° Subdistrito  
Silvana Mitiko Koti - Oficial  
R. Tamandaré, 768 - São Paulo - SP CEP: 01525-000  
Tel/Fax: (11) 2614-4989  
Site: [www.registroliberdade.com.br](http://www.registroliberdade.com.br)

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.  
São Paulo, 23 de agosto de 2024  
  
JÉLICA ANDRADE DE JESUS SILVA  
Escrevente Autorizada

ISENTO DE EMOLUMENTOS  
Digitado por: JÉLICA

JÉLICA ANDRADE DE JESUS SILVA  
Escrevente Autorizada



122804 - AA 000309159 0624

PROJETO DE LEI Nº 146 /2024

Institui o Programa Municipal de Turismo Ecológico-Cultural em áreas de interesse ambiental, cultural e patrimonial.

**ANTONIO MARCOS BATISTA PEREIRA**, Prefeito do Município de Santana de Parnaíba, no Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Santana de Parnaíba aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

### Título Único

### Do Programa Municipal de Turismo Ecológico-Cultural

#### Capítulo I

#### Objetivos e definições

**Art. 1º** Institui-se o Programa Municipal de Turismo Ecológico-Cultural.

§ 1º Entende-se por turismo ecológico-cultural a modalidade ampla de atuação transdisciplinar, que congrega motivações turísticas que prescrevem o contato com o macrobem ambiental brasileiro, a saber: de aventura; geológico; arqueológico; cultural; gastronômico; rural; centros históricos; observação de pássaros e outros animais, dentre outros.

§ 2º Entende-se por macrobem ambiental brasileiro o conjunto de recursos naturais e culturais da nação, necessários à sadia qualidade de vida.

§ 3º Entende-se por atuação transdisciplinar a política integrada exercida pelo poder público, pela iniciativa privada e pelo terceiro setor, sob preceitos do Turismo, Cultura, Meio Ambiente, Arquitetura e Urbanismo, Educação, Geração de Emprego e Renda, dentre outros.

**Art. 2º** O referido programa terá como objetivos o fomento ao turismo ecológico, em suas diversas modalidades, bem como, a preservação de áreas de especial interesse ambiental, em caráter participativo, sendo tais fundamentos prescritos e estimulados pelo Poder Público Municipal, especialmente em sua Lei Orgânica, nos seus artigos 146, 147, 166, 168, 182, 185 e 213.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA 25-1101-2004 16127 000116 12

**ANTONIO S. SILVA**  
Cler





**PREFEITURA DE  
SANTANA DE PARNAÍBA**  
Estado de São Paulo

Parágrafo único. Também compõem seus objetivos:

- I - estimular a identificação e proteção de atrativos turísticos municipais;
- II - qualificar gratuitamente mão de obra local; e
- III - auxiliar na elaboração de ações de mitigação ou compensação ambiental, por meio da atuação em atrativos ecológicos, dentre outros.

**Art. 3º** São formas de fomento previstas à iniciativa privada:

- I - capacitação de mão de obra em cursos gratuitos;
- II - divulgação dos atrativos, públicos e privados, nas ferramentas e programas oficiais;
- III - inserção dos atrativos nos calendários e roteiros turísticos, ambientais e de lazer municipais;
- IV - apoio a ações de compensação ambiental decorrentes de implantação de atrativos ecológicos privados;
- V - direcionamento de ações de compensação ambiental (plantios compensatórios) para recuperação e melhorias de áreas integrantes de atrativos ecológicos privados;
- VI - apoio a atrativos privados na obtenção de pagamentos por serviços ambientais; e
- VII - apoio a proposição de projetos ambientais destinados à preservação e recuperação de áreas degradadas, geração de emprego e renda, práticas pedagógicas e bem estar físico e mental, implementação de técnicas de produção e manejo sustentáveis, dentre outros.

**Art. 4º** O conjunto de trilhas, passeios, roteiros e atividades será formado por meio de inventário permanente, de caráter participativo, o qual deverá ser proposto, realizado e atualizado pela estrutura administrativa do Município.

§ 1º São passíveis de inventário: parques naturais, paisagens notáveis, trilhas, nichos de vegetação, cavidades naturais, núcleos urbanos, comércios tradicionais, proprietários rurais (de matriz orgânica, familiar), sítios arqueológicos, sítios geológicos, prestadores de serviços de atividades educacionais e de lazer, dentre outros.

§ 2º A adesão de detentores de atrativos privados ao cadastro e inventário deste programa os credencia a acessar as iniciativas de fomento descritas no art. 3º desta Lei.

§ 3º A validação da inserção dos atrativos no referido programa será realizada pelo Comitê Gestor do Programa de Turismo Ecológico-Cultural, a ser formado por integrantes das Secretarias Municipais do Meio Ambiente e Planejamento (SMMAP); Cultura e Turismo (SMCT); Comunicação (SECOM); Emprego e Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SEMEDES) e Casa Civil (SMCC).

**Art. 5º** As trilhas, passeios, roteiros e atividades poderão ser propostos pelo Poder Público, pela iniciativa privada e pela sociedade em geral e validados pelo Comitê Gestor.

**Art. 6º** A inserção e exploração de trilhas, passeios, roteiros e atividades se dará em localidades a serem instituídas e regulamentadas por meio de resolução do Comitê Gestor respeitando:

- I - o regulamento de unidades de conservação, quando incidentes; e
- II - resoluções de tombamento, quando incidentes.

§ 1º Trilhas, passeios, roteiros e atividades a serem realizados em propriedades particulares poderão ser incorporadas a este Programa, desde que atendam às normas e boas práticas de conservação e proteção à pessoa e ao patrimônio.

§ 2º Os atrativos públicos poderão ser utilizados em caráter eventual pela iniciativa privada, mediante taxa a ser regulamentada, para garantir a preservação e sustentabilidade financeira do atrativo.

§ 3º As requisições de eventos, peças publicitárias ou outra forma de uso pontual deverá ser analisada e validada pelo Comitê Gestor.

**Art. 7º** A Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SMCT) e a Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Planejamento (SMMAP), por meio do Comitê Gestor, terão a responsabilidade de cadastrar as empresas exploradoras de turismo ecológico, bem como os profissionais autônomos devidamente habilitados.

Parágrafo único. Caberá às secretarias envolvidas empreender esforços para a divulgação dos atrativos nos meios oficiais de comunicação, bem como formular outras ferramentas de disponibilização das informações.

**Art. 8º** A Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Planejamento (SMMAP) e a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SMCT), com auxílio de outras secretarias municipais, providenciarão cursos periódicos de formação e aprimoramento de condutores ecológico-culturais.

Parágrafo único. Os cursos previstos poderão ser orientados para o corpo técnico atual, assim como público atendido por programas sociais, com o intuito de prover geração de renda e amparo a populações em vulnerabilidade social.

**Art. 9º** A Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Planejamento terá a responsabilidade de gerenciar (quando em próprio da Municipalidade) e fiscalizar (quando em propriedade de terceiros) as unidades de conservação municipais integrantes deste Programa.

**Art. 10.** A exploração de trilhas, passeios, roteiros e atividades deverá seguir as especificidades do atrativo, tais como capacidade de carga, rotas migratórias ou outro aspecto limitante e protetivo a qualquer um de seus componentes ambientais, por meio de resolução exarada pelo Comitê Gestor e observando normas de órgãos de preservação ambiental e histórico, observando-se as seguintes diretrizes:

I - a exploração de trilhas, passeios, roteiros e atividades exercidas em áreas de especial interesse turístico serão realizadas mediante agendamento prévio, com observância da capacidade de carga, cabendo ao poder público e a cada proprietário disponibilizar e gerenciar o próprio sistema de agendamento;

II - excluem-se da premissa prevista no inciso I deste artigo as trilhas autoguiadas, classificadas como baixa dificuldade; e

III - o órgão gestor municipal bem como os gestores privados de determinado atrativo turístico ecológico-cultural deverão fornecer relatórios mensais sobre a quantidade de visitantes, com o objetivo de instrumentalizar políticas públicas, mensurar o uso dos atrativos e demais dados, para o planejamento e tomadas de decisão.

§ 1º É expressamente proibido o ingresso com bebidas alcoólicas ou qualquer outra substância psicoativa em atrativos oficiais.

§ 2º Quando incidirem em área de proteção, o atrativo deverá ser regido por resolução do CONDEMAS – Conselho de Defesa do Meio Ambiente Municipal Sustentável.

**Art. 11.** Poderão ser cobradas taxas para agendamentos e ingresso em atrativos oficiais.

§ 1º Os valores a serem cobrados nos atrativos oficiais serão aqueles constantes no respectivo Decreto que instituir e regulamentar a área de especial interesse turístico.

§ 2º Estarão isentos da taxa de agendamento pessoas idosas, alunos da rede pública, portadores de necessidades especiais e integrantes de programas sociais da prefeitura.

§ 3º Os recursos serão depositados em caráter paritário em conta específica a ser aberta para o fim de fomentar este Programa.

**Art. 12.** As visitas previamente agendadas em atrativos oficiais terão o acompanhamento remoto inicial dos órgãos de proteção, com atenção presencial em caso de atrasos significativos ou comunicação de sinistros.

Parágrafo único. O sistema de monitoramento será regulamentado por Decreto.

**Art. 13.** Caberá ao Comitê Gestor receber e apurar queixas de usuários e condutores, encaminhando-as aos setores competentes.

Parágrafo único. As sanções a danos porventura ocorridos serão aplicadas segundo a legislação existente.

## Capítulo II Das Áreas de Especial Interesse Turístico

**Art. 14.** As trilhas, passeios, roteiros e atividades exercidas em áreas de especial interesse turístico serão instituídos individualmente por resolução do Comitê Gestor e deverão seguir suas respectivas normas técnicas (ABNT), além de outros dispositivos reguladores, a saber:

I - observar instrumentos de tombamento e demais dispositivos de proteção, quando da atuação em centro histórico, sítio arqueológico, geológico e espeleológico;

II - adotar e observar planos de zoneamento ecológico e planos de manejo, quando em Unidades de Conservação;

III - especificar se a trilha é autoguiada ou não;

IV - estabelecer o valor de taxa de agendamento e ingresso, se houver;

V - fazer o inventário interno do atrativo contemplando os atributos históricos, faunísticos, florísticos, geológicos, paisagísticos, culturais, dentre outros;

VI - determinar a necessidade de formas de sinalização indicativa e interpretativa;

VII - estabelecer o sistema de gestão de segurança do atrativo;

VIII - estabelecer a capacidade de carga do atrativo; e

IX - obedecer as limitações de uso para o ambiente visitado.



**Art. 15.** O Município poderá propor e integrar consórcios intermunicipais destinados a preservação, gerenciamento e fruição conjunta de atrativos ecológicos que incidam em demais Municípios vizinhos.

### **Capítulo III**

#### **Das Conductoras e Condutores de Turismo Ecológico–Cultural**

**Art. 16.** É obrigatória a condução por pessoa habilitada para os serviços de turismo ecológico–cultural, excetuando as trilhas autoguiadas, observando-se, ainda:

I - por condutora e condutor de turismo ecológico-cultural entende-se o profissional habilitado e cadastrado pelo Município, instruído em sua ação pelas condicionantes e características ambientais municipais;

II - guias de turismo habilitados somente em outras unidades da federação não poderão atuar nos atrativos oficiais, exceto profissionais cadastrados em municípios integrantes de consórcio municipal com fins próprios da atividade turística.

Parágrafo único. Será regulamentada na resolução específica de cada área de interesse turístico a proporção de condutor por quantidade de usuários.

**Art. 17.** O credenciamento e expedição de crachás será atribuição do Comitê de Gestão.

**Art. 18.** Serão credenciados preferencialmente moradores do Município de Santana de Parnaíba, com comprovação de residência de dois anos e cumprimento de horas de estágio segundo a Resolução SMA 195/2018, da Secretaria do Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Governo do Estado de São Paulo, observando-se o seguinte:

I - em atrativos gerenciados por consórcio de municípios, porventura instalados, serão permitidas em caráter exclusivo a estas atuações de condutores e condutoras oriundos dos municípios colegiados;

II - poderão se credenciar munícipes habilitados em cursos correlatos validados pelo Comitê de Gestão, de forma provisória, no intervalo de espera de novo curso de capacitação coordenado pela municipalidade;

III - a credencial terá validade de cinco anos a partir de sua expedição; e

IV - a condutora e condutor deverá manter anualmente atualizado seu cadastro, ou informar imediatamente qualquer alteração de seus dados, inclusive a paralisação/desistência de sua atuação.

Parágrafo único. Neste cadastro deverão constar as habilidades da condutora e condutor, como por exemplo: idiomas fluentes, Língua Brasileira de Sinais, rapel, escalada, voo livre, etc.

**Art. 19.** O Município oferecerá regularmente, com intervalo não superior a dois anos, curso de capacitação de novos condutores com grade orientada para as áreas de interesse turístico do Município, observando-se:

I - cursos com conteúdo similar e compatível, oferecido por instituições privadas no Município, poderão ser aceitos para efeito de credenciamento, desde que validados pelo Comitê Gestor;

II - todos os condutores deverão participar de cursos de aprimoramento, a cada dois anos, sob pena de perda da credencial; e

III - o Município poderá oferecer curso de Libras ao corpo de condutoras e condutores habilitados.

**Art. 20.** A pessoa condutora deverá apresentar as habilitações específicas para a atividade que pretende conduzir, observando as normas regulamentadoras de saúde, segurança e meio ambiente.

**Art. 21.** Para exercer a atividade de condutora ou condutor ecológico-cultural nas áreas inseridas como atrativo neste programa – público ou privado – o interessado deve ser pessoa jurídica com atividades direcionadas para visitação, o qual deverá se cadastrar no Comitê de Gestão e assinar o Termo de Compromisso de Padrão Ético e Ambiental de Conduta, constante do Anexo Único desta Lei.

#### **Capítulo IV**

##### **Das Responsabilidades**

**Art. 22.** As obrigações e responsabilidades dos condutores e dos usuários serão compostas pelo rol de ordenamentos jurídicos incidentes em determinado atrativo turístico, como por exemplo, leis ambientais, do patrimônio histórico, arqueológico, geológico e espeleológico, etc.

**Art. 23.** O Município de Santana de Parnaíba cooperará com os demais órgãos de proteção (natural e cultural) e conselhos municipais e alinhará seus planos com as diretrizes presentes nos entes citados.

**Art. 24.** Em relação a atrativos presentes em dominialidade particular, estes estarão sujeitos a licença de funcionamento a ser expedida pelo Município.

**Art. 25.** O Programa Municipal de Turismo Ecológico-Cultural deverá ser amplamente integrado com as políticas de geração de emprego e renda, fomento ao artesanato tradicional, agricultura familiar, educação, planejamento urbano, meio ambiente e atendimento a populações em vulnerabilidade social.

**Art. 26.** Fica proibida qualquer prática que descaracterize ou coloque em ameaça os atributos ambientais dos espaços visitados, tais como descartar resíduos de quaisquer espécies, danificar a fauna e flora, alterar a configuração do espaço, corpo d'água, terrenos, introduzir animais ou vegetação exótica, fazer se acompanhar de animais, salvo cães guia, e coletar materiais arqueológicos, da fauna, da flora ou biológicos.

**Art. 27.** É de responsabilidade dos usuários e empresas de ecoturismo, o dano que decorra da utilização que fizerem das trilhas, passeios e atividades de aventura, tais como incêndios, desmatamento, danos ou furtos a infraestrutura de apoio à visitação, estruturas de sinalização e informação, elementos naturais ou construídos, ficando os mesmos sujeitos às penas previstas na legislação federal, estadual e municipal, e responsável pela restauração dos bens afetados.

**Art. 28.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santana de Parnaíba, 25 de novembro de 2024.



**ANTONIO MARCOS BATISTA PEREIRA**  
Prefeito Municipal



**ANEXO ÚNICO**

**TERMO DE COMPROMISSO DE PADRÃO ÉTICO E AMBIENTAL DE CONDUTA**

Razão Social: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

Nome fantasia: \_\_\_\_\_

Representante (s) legal da empresa: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Unidade de Conservação de atuação: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Eu, \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_,

declaro estar ciente da legislação vigente sobre uso público nas áreas pertencentes ao Município de Santana de Parnaíba e as integradas aos consórcios intermunicipais, seus órgãos ou entidades vinculadas, por meio do Comitê Gestor, das normas específicas que incidem sobre a área onde atuo e dos padrões éticos referentes aos impactos ao meio ambiente e a sociedade, mantendo, quando houver, a instituição que represento e seus associados, cientes e atualizados, devendo responder civil e criminalmente pelo descumprimento da mesma.

Estou ciente que durante a atividade de monitoria ambiental, conduzindo visitantes serei responsável pela segurança de todos os presentes, inclusive a minha, assegurando o uso de equipamentos de proteção e adotando medidas que mantenham a integridade dos atributos e atrativos naturais e culturais da área.

Estou ciente de que, se desrespeitar as normas estabelecidas, estarei sujeito às sanções penais previstas na legislação específica e nos demais instrumentos legais vigentes, além de outras normativas das áreas sob a responsabilidade do Comitê de Gestão.

Este termo de compromisso de padrão ético e ambiental de conduta é anexado ao meu cadastro de Monitor Ambiental junto ao Comitê de Gestão.

A cópia do certificado de conclusão de curso de formação de condutor/monitor ambiental segue anexa.

(nome da área)

Local e data:

Assinatura:



**PREFEITURA DE  
SANTANA DE PARNAÍBA**

Estado de São Paulo

**MENSAGEM Nº 057/2024**

Santana de Parnaíba, 25 de novembro de 2024.

Exmo. Senhor Presidente,

Permito-me remeter a Vossa Excelência, para a apreciação dessa Egrégia Casa Legislativa, o anexo Projeto de Lei que visa instituir a Política Municipal de Turismo Ecológico-Cultural.

A criação da Lei almejada com este Projeto busca implementar o Programa Municipal de Turismo Ecológico-Cultural em áreas de interesse ambiental, cultural e patrimonial no Município de Santana de Parnaíba.

Em relação à competência para apresentar proposta legislativa acerca do tema, disciplinam a Lei Orgânica deste Município, em seus arts. 47 e 54, bem como, o Regimento Interno da Câmara desta municipalidade, em seu art. 201 acerca das hipóteses em que a iniciativa legislativa compete privativamente ao Chefe do Executivo.

O Projeto de Lei que discipline servidores públicos, o regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; que disponha sobre a criação, transformação ou extinção de cargos, funções ou empregos públicos na Administração Direta e autarquia, bem como a fixação de alteração da remuneração do cargo, emprego ou função; e que reze a respeito da criação, estruturação e atribuições das secretarias ou departamentos equivalentes e órgãos da Administração Pública, é de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo.

A propositura em análise disporá sobre Programa Municipal de Turismo Ecológico-Cultural e envolvera esforços conjuntos de várias pastas e departamentos, nestas circunstâncias, a iniciativa do processo legislativo é constitucionalmente privativa do Prefeito, inexistindo, desta forma, inconstitucionalidade formal (ou nomodinâmica) subjetiva na apresentação deste Projeto de Lei.

O objetivo lançado concerne a regulamentação dos ambientes paisagísticos e turísticos no âmbito municipal, portanto, a questão sob análise é matéria eminentemente de interesse local, em total observância do art. 30, inc. I da Constituição Federal, não se constatando inconstitucionalidade formal (ou nomodinâmica) orgânica, por não invadir competência assegurada constitucionalmente a outros entes federados, mas sim exercício regular de competência constitucionalmente prevista.




**PREFEITURA DE  
SANTANA DE PARNAÍBA**

Estado de São Paulo

Estes são, em apertada síntese, os motivos que ensejam a apresentação do referido projeto de lei, os quais, espero, sejam suficientes para embasar a análise a ser procedida pela Colenda Edilidade, culminando com a integral aprovação da matéria.

Em razão do exposto, e ao ensejo, também solicito a Vossa Excelência, como Presidente dessa Colenda Casa, que o presente projeto seja apreciado pelos Nobres Vereadores em regime de urgência, conforme permite o artigo 43, § 1º, da nossa Carta Municipal.

Na certeza de poder contar com a costumeira atenção desse Douto Colegiado, subscrevo-me, reiterando, nesta oportunidade, a Vossa Excelência e Nobres Pares, meus protestos de elevada estima e distinta consideração.



**ANTONIO MARCOS BATISTA PEREIRA**  
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor  
**VICENTE AUGUSTO DA COSTA**  
DD. Presidente da Câmara Municipal de  
**SANTANA DE PARNAÍBA (SP).**



**PREFEITURA DE  
SANTANA DE PARNAÍBA**  
Estado de São Paulo

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 4 /2024**

**Altera dispositivo da Lei Complementar nº 34,  
de 25 de maio de 2011.**

**ANTONIO MARCOS BATISTA PEREIRA**, Prefeito do Município de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Santana de Parnaíba aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º** O art. 1º da Lei Complementar nº 34, de 25 de maio de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º Esta Lei institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Santana de Parnaíba.

Parágrafo único. Nos termos do art. 39 da Constituição Federal, o Município instituirá conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelo Poder Executivo.” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Santana de Parnaíba, 29 de novembro de 2024.

  
**ANTONIO MARCOS BATISTA PEREIRA**  
Prefeito Municipal



**PREFEITURA DE  
SANTANA DE PARNAÍBA**

Estado de São Paulo

**MENSAGEM Nº 058/2024**

Santana de Parnaíba, 29 de novembro de 2024.

Exmo. Senhor Presidente,

Permito-me remeter a Vossa Excelência para a apreciação dessa Egrégia Casa Legislativa, o Projeto de Lei Complementar que visa alterar dispositivo da Lei Complementar nº 34 de 25 de maio de 2011, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Santana de Parnaíba.

O projeto de Lei Complementar ora apresentado almeja a alteração do artigo 1º do Estatuto, de forma a coaduná-lo às disposições do artigo 39 da Constituição Federal, após nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, a chamada "Reforma Administrativa", cuja constitucionalidade fora recentemente confirmada pelo plenário do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI 2.135 e tornada sem efeito a medida cautelar que suspendeu desde 2007 da nova redação.

Em relação à competência para apresentar proposta legislativa acerca do tema, disciplinam a Lei Orgânica deste Município, em seus arts. 47 e 54, bem como, o Regimento Interno da Câmara desta municipalidade, em seu art. 201 acerca das hipóteses em que a iniciativa legislativa compete privativamente ao Chefe do Executivo.

A propositura em análise se refere aos Servidores e seu Estatuto, com relação direta à temática de definição de regime jurídico e, nestas circunstâncias a iniciativa do processo legislativo é constitucionalmente privativa do Prefeito, inexistindo, desta forma, inconstitucionalidade formal (ou nomodinâmica) subjetiva na apresentação deste Projeto de Lei.

O objetivo lançado concerne ao Estatuto dos Servidores Públicos de Santana de Parnaíba/SP, portanto, a questão sob análise é matéria eminentemente de interesse local, em total observância do art. 30, I da Constituição Federal, não se constatando inconstitucionalidade formal (ou nomodinâmica) orgânica, por não invadir competência assegurada constitucionalmente a outros entes federados, mas sim exercício regular de competência constitucionalmente prevista.

Estes são, em apertada síntese, os motivos que ensejam a apresentação do presente Projeto, os quais, espero, sejam suficientes para embasar a análise a ser procedida pela Colenda Edilidade, culminando com a integral aprovação da matéria.



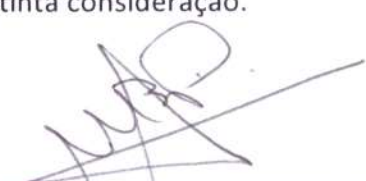


**PREFEITURA DE  
SANTANA DE PARNAÍBA**

Estado de São Paulo

Em razão do exposto, e ao ensejo, também solicito a Vossa Excelência, como Presidente dessa Colenda Casa, que o presente projeto seja apreciado pelos Nobres Vereadores em regime de urgência, conforme permite o artigo 43, § 1º, da nossa Carta Municipal.

Na certeza de poder contar com a costumeira atenção desse Douto Colegiado, subscrevo-me, reiterando, nesta oportunidade, a Vossa Excelência e Nobres Pares, meus protestos de elevada estima e distinta consideração.



**ANTONIO MARCOS BATISTA PEREIRA**  
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor  
**VICENTE AUGUSTO DA COSTA**  
DD. Presidente da Câmara Municipal de  
**SANTANA DE PARNAÍBA (SP).**